

OS ÍNDIOS DO PARAÍBA

Fortificaram-se os portugueses no planalto de Piratininga, fundando a Vila de Santo André da Borda do Campo, cuja guarda e administração foi entregue a João Ramalho. Em 1554, os jesuítas Manoel da Nóbrega e José de Anchieta, fundaram no planalto, o Colégio de São Paulo dos Campos de Piratininga. Os índios dos Vale do Paraíba, confederados com os tamoios de Ubatuba e Cabo Frio, inimigos dos portugueses, atacavam constantemente o pequeno núcleo de povoamento no planalto paulista, levando os seus moradores a uma “guerra” com as tribos valeparaibanas e dando início ao chamado bandeirismo de apresamento, iniciado por João Ramalho. Os paulistas, isolados no planalto, sem meios de comunicação com o porto de São Vicente, passaram a buscar no “sertão” a sua sobrevivência econômica. Os engenhos de açúcar do litoral necessitavam de braços para as lavouras de cana-de-açúcar e os paulistas embrenhavam-se pelos sertões do Rio Paraíba, atacando e aprisionando os índios. O Vale do Paraíba começou a ser uma das regiões mais devassadas pelas entradas e bandeiras de apresamento. Ainda hoje não temos elementos para situar corretamente a distribuição das tribos indígenas pela região valeparaibana, no quinhentismo e seiscentismo. Os documentos consultados (cartas jesuítas e atas de câmara) só se referem aos tamoios, tamujos, tamujas do Paraíba ou aos *cōtrairos* do Paraíba. Sabemos que os índios do Vale do Paraíba mantinham contatos e intercâmbio com os tamoios do litoral de Paraty e Ubatuba. A presença indígena na região valeparaibana é assinalada pela denominação das cidades (Jacareí, Caçapava, Taubaté, Pindamonhangaba, Guaratinguetá), dos rios e ribeirões (Paraíba, Paraitinga, Paraibuna, Una, Piagui, Tiratingui, Buquira), das serras (Mantiqueira, Bocaina), dos bairros rurais (Itaguaçu, Itagaçaba, Pindaitiba, Tetequera), localidades (Coruputuba, Quiririm, Embaú), dos peixes (guaru, traíra, lambari, mandi, piaba, curimatá, sagüiru, cará, piabinha), das cobras (urutu, jararacuçu, jararaca), dos animais (tatu, sagüi, jaguatirica, tamanduá, anta, capivara), das árvores (jacarandá, peroba, sibipiruna, sapucaia), das frutas (araçá, goiaba, araticum, jervá, brejaúva, jataí, jabuticaba), dos pássaros (vira, curió, juriti, maitaca, corruíra), das aves (paturi, seriema, nambu, saracura). O índio ainda sobrevive na alimentação (cará, inhame, batata doce, milho), nas ervas medicinais, nos temperos, nos utensílios domésticos (rede, esteira, peneira, balaio, samburá), nos mitos e credences (saci, iara, boitatá, curupira, caipora), na casa de pau-a-pique e sapé, nas armadilhas (covo, mundéu, arapuca), na maneira de ser, agir e pensar do homem rural valeparaibano, o caipira descendente dos primeiros povoadores portugueses e de mulheres indígenas.

SERTANISTAS E POVOADORES DOS SERTÕES VALEPARAIBANOS

O Vale do Paraíba foi uma das primeiras regiões no interior do Brasil a ser desbravada e explorada pelos portugueses, em busca de índios e metais preciosos. João Ramalho, Brás Cubas, João Pereira de Souza Botafogo, André de Leão, Martim Corrêa de Sá, Fernão Dias Paes, Lourenço Castanho Velho e outros sertanistas, percorreram os sertões do Rio Paraíba, embrenhando-se pelos vales e grotas, abrindo caminhos, plantando roças e assinalando a presença portuguesa nos confins de Minas. Oficialmente, o Vale do Paraíba começou a ser povoado a partir de 1628, ano em que o capitão-mor João de Moura Fogaça, em nome da Condessa de Vimieiro, donatária da Capitania de Itanhaém, concedeu a Jacques Félix e seus filhos “datas de terras” no sertão do Rio Paraíba, entre Pindamonhangaba e Tremembé. Em 1636, Francisco da Rocha, capitão-mor de Itanhaém, por provisão de 20 de janeiro, concedeu licença a Jacques Félix para que “penetrasse os sertões de Taubaté...”. Nesta região, Jacques Félix deu início a uma povoação e recebeu do governador da capitania “uma légua de terra para rocio da vila e terras de sesmarias para os povoadores”, erigindo a Vila de São Francisco das Chagas de Taubaté, em 5 de dezembro de 1645, primeiro núcleo de povoamento oficialmente conhecido e povoado no Vale do Paraíba, centro irradiador do povoamento dos sertões valeparaibanos, cujas terras férteis aguadas e clima favoreceram e estimularam os sertanistas e povoadores a abrirem roças e sítios, cultivando milho, feijão, mandioca, açúcar, arroz, algodão, criando porcos, vacas e galinhas, e exterminando as últimas tribos indígenas que habitavam a região. Em 1646, Jacques Félix concedeu ao capitão Domingos Luiz Leme, morador na Vila de São Paulo, uma grande sesmaria no “sertão de Guaratinguetá”, dando origem a uma povoação, elevada à categoria de vila em 13 de fevereiro de 1651, com o nome de Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá. A partir de 1652, esboçava-se a formação da povoação de Nossa Senhora da Conceição de Jacareí, por iniciativa de Antonio Afonso, seus filhos e agregados, elevada à vila em 22 de novembro de 1653. Em 1666, edificou-se a capela de Santo Antonio, núcleo inicial de Paraibuna, localizada entre o vale e o litoral. Baltazar da Costa Veiga inicia em 1669, ao norte de Taubaté, a povoação de Tremembé, sob a invocação de São Bom Jesus. Na área que surgiria a Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Pindamonhangaba, foram se estabelecendo povoadores de Taubaté e Guaratinguetá, destacando-se os sertanistas Antonio Bicudo Leme, Braz Esteves Leme, Manoel da Fonseca Leme, João Corrêa de Magalhães e o Padre João de Faria Fialho, considerado um dos principais fundadores da povoação, elevada à 10 de julho de 1705. A aldeia de São José da Paraíba (São José dos Campos) foi fundada pelo

irmão Manuel de Leão (jesuíta), por volta de 1680, tendo sido elevada a vila em 1759, por iniciativa do capitão-mor de Jacareí, José de Araújo Coimbra.

Isolados nas suas “roças” e sítios, localizados à beira dos caminhos que levavam aos portos do litoral ou às margens dos ribeirões que banhavam as sesmarias, os povoadores da região valeparaibana, desenvolveram nas primeiras décadas do povoamento, uma economia de subsistência, cultivando uma parcela mínima das terras recebidas, obtendo o suficiente para o sustento da família. A mão-de-obra era indígena, escassa e sem grandes possibilidades de uma utilização mais racional – o isolamento das comunidades valeparaibanas desestimulava qualquer iniciativa maior e não havendo mercados consumidores, nem estímulo para a implantação de uma atividade monocultora, a população vegetava em suas terras, buscando no sertão os meios para sobreviver. Dos índios, recebiam a influência dos produtos da terra. Instalavam engenhocas rudimentares para a fabricação do açúcar, da farinha, do fubá, do melado, da aguardente. As casas eram construídas de pau-a-pique, cobertas de sapé, e o mobiliário bastante reduzido. As atividades sociais reduziam-se às missas, novenas e trezenas e a “guarda” dos dias santificados. As vilas, pobres e limitadas, com duas ou três ruas, o “largo” da igreja, a “casa da câmara”, quebravam a monotonia do dia-a-dia com a passagem de viajantes, estranhos e aventureiros, as solenidades religiosas, os rituais de nascimento, casamento e morte, os inventários e testamentos, motivando reuniões e disputas para “acertos de contas”, “partilha de bens” e “arremate de espólios”.

AS BANDEIRAS DE OURO

Nos últimos anos do século XVII, os taubateanos, atravessando o Paraíba na região de Guaypacaré (Lorena) e adentrando pela garganta do Embaú, atingiram o planalto mineiro em busca de ouro e outros metais.

Em 1693, o taubateano Antonio Rodrigues Arzão, na região de Caetés (bacia do rio Doce) descobriu as primeiras lavras de ouro, tendo como ponto de irradiação a vila de Taubaté, secundada pelas vilas de Guaratinguetá, Pindamonhangaba e Jacareí. Em 1695, Dom César Antonio Paes de Sande, governador geral do Rio de Janeiro, instalou em Taubaté uma “Casa de Fundação de Ouro”, tendo como provedor o taubateano Carlos Pedroso da Silveira. Iniciando o grande ciclo aurífero, os taubateanos adentraram os sertões das Gerais, fundando aproximadamente trinta e seis das mais antigas e opulentas cidades de Minas Gerais: Ouro Preto, Mariana, Caetés, São João Del Rey, São José Del Rey (Tiradentes), Pitangui, Itaberava, Jaguarí, Baependi, Itajubá, Ribeirão do Carmo, Campanha, Pouso Alto, Aiuruoca, Rio Verde, Ouro Fino, Paraopeba e outras. As Minas Gerais nas primeiras décadas do século XVIII, eram abastecidas de gêneros alimentícios a partir da vila de Guaratinguetá, cujas divisas judiciárias espraiavam-se além da Serra da Mantiqueira, indo atingir os limites da comarca de São João Del Rey, na região de Caxambu. Os primeiros mapas e roteiros do território mineiro assinalavam as “Minas dos Cataguás”, ou “Minas de Taubaté”. Os valeparaibanos, à sua custa e zelo, varavam as gargantas dos rios que descem da Mantiqueira, desbravando os sertões agrestes e iniciando a ocupação e o povoamento do planalto mineiro. Por ocasião da Inconfidência Mineira, os Autos da Devassa registraram a participação de três taubateanos na malograda conspiração: o Padre Carlos Corrêa de Toledo, seu sobrinho Claro José da Mota e o sargento-mor Luiz Vaz de Toledo Piza. Declinando o ouro de aluvião na região de Minas Gerais, sua população deslocou-se para outras regiões, dispersando-se pelas fazendas e povoados.

A ECONOMIA AÇUCAREIRA

Com o declínio da produção aurífera, os valeparaibanos iniciaram a cultura da cana-de-açúcar para reerguer a economia da região e superar a crise econômica e demográfica ocorrida com a diminuição do comércio e o deslocamento dos caminhos. A partir de 1750, Guaratinguetá, Lorena e Pindamonhangaba instalaram os engenhos de açúcar e aguardente, introduziram mão-de-obra africana e iniciaram a urbanização das vilas. Com os canaviais, os escravos e o comércio exportador, modificou-se a estrutura social e econômica da região, com o predomínio absoluto dos senhores de engenho. Surgiram novas atividades artesanais relacionadas com a produção açucareira e com o aparecimento de tropas de muare que transportavam o açúcar e a aguardente dos engenhos para os portos de Ubatuba, São Sebastião, Paraty: ferreiros, carpinteiros, seleiros, cangalheiros, tecelões e fiandeiras.

O CAFÉ NO VALE DO PARAÍBA

No final do século XVIII, o café acompanhando o “caminho novo” aberto da Vila de Nossa Senhora da Piedade de Lorena até a cidade do Rio de Janeiro, chegava ao município de Sant’Anna das Areias, transformando a paisagem geográfica, econômica e humana do Vale do Paraíba paulista. Em alguns municípios, o café substituiu rapidamente a cana-de-açúcar, enquanto que em Lorena, Guaratinguetá e Pindamonhangaba encontrou maior resistência por parte dos “senhores de engenho”. Caminhando rapidamente, o café, em 1836, dominava a economia valeparaibana, sendo exportado nesse ano, pelos portos de Paraty, Mambucaba, Ubatuba e São Sebastião, Ariró e Jurumirim, 510.000 arrobas de café contra 8.000 arrobas de açúcar. O período áureo da produção cafeeira no Vale do Paraíba ocorreu na década de

1850/1860. No ano de 1854, a produção anual de café no Vale do Paraíba, foi de 2.730.000 arrobas, e o município de Bananal, sozinho, exportou neste ano a impressionante cifra de 554.000 arrobas. O café transformou o vale paulista na principal região econômica da Província de São Paulo, numa das mais importantes regiões política e econômica do Brasil-Império. A paisagem rural sofreu uma violenta transformação, derrubando-se a floresta nativa e os cafezais esparramando-se pelos morros e vales. Fez surgir as casas-grandes, as senzalas, as tulhas construídas em taipa de pilão, os terreiros de pedra e terra batida para secar os grãos de café, os tanques para lavagem do café, os carros de bois, as tropas de burros, as casas de máquinas para beneficiar o café. Posses derrubavam as matas e abriam as lavouras, lançando as primeiras sementes e alguns anos depois, começavam a colher os primeiros frutos. Famílias mineiras deslocaram-se do planalto com seus bens e escravos para ocupar as terras que marginavam o “caminho novo”. Fizeram nascer e florescer as grandes fazendas e as poderosas hierarquias, enobrecidas pelo Imperador, dominando as câmaras municipais, as irmandades religiosas e projetando-se no cenário político e social do Império. Vassouras, Valença, Três Rios, Paraíba do Sul, Resende, Pirai, Barra Mansa, Bananal, São José do Barreiro, Areias, Silveiras, nasceram e cresceram em torno das fazendas produtoras de café e à sombra dos fazendeiros e dos “barões do café”.

As casas-grandes dominavam a paisagem, imponentes, assobradadas, com dezenas de janelas, portas, alcovas, salões, corredores, pátios e cozinhas. E os nomes iam assinalando a posse efetiva da terra: Boa Vista, Bela Aurora, Cordeiro, Cascata, Catadupa, Bom Retiro, Vista Alegre, Morro Vermelho, Pau D’Alho, Pinheiro, Paiol, Bom Jardim, Sant’Anna, Regato, São Miguel, Resgate, Loanda, Fortaleza, Rialto, Coqueiros, Itaguaçu, Veloso, Borba, Barra, Cascatinha, Gramma, Boa Esperança, Pedras, Cataguá, Barreiro, Bonfim, Rio Manso, Restauração, Sertão. Os viajantes estrangeiros que atravessaram o Vale do Paraíba no século passado testemunharam em suas obras o esplendor dos fazendeiros de café e a magnificância das suas casas-grandes e solares. Dos engenhos fluminenses e das fazendas mineiras, a arquitetura das casas rurais do café no Vale do Paraíba herdou a sua implantação em dois níveis, assobradada. A base das casas era de pedra e as paredes externas de “taipa de pilão”, as internas de pau-a-pique” ou “taipa de sopapo” ou de “mão”. Os terreiros de café harmonizavam-se com a arquitetura exercendo uma função utilitária (secagem do café) e arquitetônica (complemento, embasamento ou prolongamento do conjunto). Na medida que o café enriquecia o fazendeiro, as casas antigas eram derrubadas ou modificadas e ampliadas, enobrecendo-se em detalhes: sacadas de ferro, alpendres, colunas de granito, madeira ou ferro, forros de tábuas decorados, pintados e frisados a ouro, lustres de cristais importados da Boêmia, armários imensos, embutidos para guardar os aparelhos de porcelana francesa e inglesa, os cristais, as compoteiras e os vinhos finos, janelas de guilhotina com desenhos e arabescos, soalhos de pinho de Riga, escadarias de pedra e mármore, sótãos, capelas internas ricamente decoradas com entalhes, castiçais e imagens de madeira douradas a ouro, salões imensos, cozinhas de conventos medievais, com fornos, fogões despensas, pilões, tinhas d’água, painéis de ferro, gamelas, adegas, depósitos de lenhas, viveres e comestíveis diversos. Ao atingir o alto Paraíba, a arquitetura encontrou a “taipa de pilão” solidamente plantada. As casas grandes eram construídas em lugares aprazíveis, rodeadas de morros, riachos, formando quadriláteros, com capela, terreiro, tulhas, muros de taipa ou de pedra e as senzalas. O “mar de morros” do Vale do Paraíba nem sempre apresentou condições topográficas favoráveis para a construção dos terreiros. Na maioria das vezes exigiu obras de nivelamento ou de aterro – os muros de pedra exerceram a dupla função de arrimo e decoração, harmonizando o terreiro com a casa grande. Os forros e as paredes das salas, decorados com painéis e pinturas de caça, bosques, jardins, paisagens européias e mitológicas, testemunham o gosto e a disposição dos “barões do café” em transformar suas residências em lugares aprazíveis, belos e confortáveis. As pinturas dos painéis nas salas de visitas, corredores, capelas e salas de jantar foram executadas por pintores espanhóis, franceses e italianos. Em geral, apresentam modelos clássicos ou renascentistas: colunas, frisos, frontões, guirlandas, cascatas, bosques, fontes, riachos, pássaros, flores e borboletas. Araras e tucanos, saracuras e seriemas, leões e gazelas, macacos, lebres, rolas e sabiás se confundem nas paisagens bucólicas, quebrando a monotonia das casas e fazendo sonhar as crianças, mucamas e sinhozinhos. Em outros painéis aparecem frutas, troféus de caças, verdadeiras naturezas mortas transplantadas para as paredes e colunas das casas senhoriais. Em alguns, o café é retratado e cultuado e em outros, o próprio retrato da casa-grande testemunha muda de um passado eloqüente. Na Fazenda Rialto, em Bananal, a reprodução da estação da estrada de ferro de Bananal, com uma locomotiva e vagões, assinalando o progresso da região. Escravidão e aumento da população caracterizam a evolução da economia cafeeira no Vale do Paraíba. Em 1836, a população valeparaibana era constituída de 105.679 habitantes (a região mais populosa da Província) e em 1854, ela crescera para 146.055 habitantes. Em 1886, a população atingiu a cifra de 338.537 habitantes. Com o aumento da produção de café, cresce a mão-de-obra escrava (principal investimento da economia cafeeira) e, quando a Lei “Eusébio de Queiroz”, aprovada pelo Parlamento Imperial em 4 de setembro de 1850, impedindo a entrada de escravos africanos nos portos brasileiros, os fazendeiros valeparaibanos começaram a comprar os escravos nos engenhos decadentes do nordeste, criando um tráfico interno. Em 1888, ano da Abolição da Escravatura no Brasil, 75% da mão-de-obra escrava existente no Império (aproximadamente 150.000 escravos) estava nas fazendas de café do Vale do Paraíba fluminense e paulista. Nos inventários e testamentos dos fazendeiros de café, os escravos representavam o patrimônio maior, acima do valor das terras e cafezais. A cultura do café multiplicou as povoações, vilas e cidades na região valeparaibana:

Lagoinha, Jambeiro, Queluz, Lavrinhas, Pinheiros, Jataí, Roseira, Bonfim, Redenção da Serra, Natividade da Serra, Guararema e Cruzeiro. A Estrada de Ferro Dom Pedro II, inaugurada em 1877, ligando o Rio de Janeiro a São Paulo, modificando os hábitos e os costumes da população e “civilizando” a sociedade valeparaibana através dos jornais e revistas, modas, usos, teatros, colégios e dos contatos mais freqüentes com a Corte, à rua do Ouvidor, a sociedade aristocratizada do Segundo Reinado. Fazendeiros e comerciantes construíram palacetes, sobrados e casas com inúmeras janelas, sacadas, largos portais, por onde transitavam brancos e pardos, livres e escravos, nobres e plebeus. Emílio Augusto Zaluar, viajando pelo Vale do Paraíba, em 1860, descreve em seu livro *Peregrinação pela Província de São Paulo*, o luxo e a opulência da aristocracia rural valeparaibana. Reflexo da riqueza produzida pelo café, as cidades valeparaibanas passam por um rápido processo de crescimento e urbanização a partir de 1850: ruas calçadas, iluminadas, mercados, chafarizes, teatros, colégios religiosos para meninos e meninas, colégios particulares, aulas de francês, etiqueta e dança, jornais, cemitérios com túmulos de mármore de carrara, santas casas de misericórdia, asilos, grêmios literários, clubes recreativos, bandas de música, festas religiosas com pregadores e orquestras vindos da Corte, navegação a vapor no Rio Paraíba. A partir de 1870, o café na região do Vale do Paraíba começa a apresentar sinais de decadência. As causas foram múltiplas e se acentuaram a partir de 1880: o esgotamento progressivo das terras, a ausência de técnicas modernas para o cultivo do café, a erosão acentuada nas áreas mais antigas, o endividamento crescente dos proprietários rurais, a concorrência das novas áreas produtoras (oeste paulista), as leis abolicionistas, a mentalidade conservadora e pródiga dos fazendeiros. Os gastos com a administração da propriedade exigiam a presença freqüente do fazendeiro em suas terras, fazendo com que ele não participasse diretamente do comércio exportador do café, entregando-o aos comissários nas cidades e nos portos de Santos e Rio de Janeiro. As novas áreas produtoras se desenvolviam com rapidez, pois o café era cultivado em áreas planas, terras roxas, utilizando a mão-de-obra livre (imigrante italiano) e contando com uma rede ferroviária que facilitava o escoamento da produção até o porto de Santos. Mesmo assim o café no Vale do Paraíba resiste até a década de 1920. Em alguns municípios, a crise foi lenta, em outros, rápida e decisiva. A partir de 1920, a economia e a paisagem humana e econômica do Vale do Paraíba começa a passar por um processo de mudanças: a pecuária leiteira, a ocupação das várzeas do Paraíba, a transformação urbana e cultural das cidades, as primeiras tentativas de industrialização modificam as estruturas da região.

A PECUÁRIA LEITEIRA

Com o declínio da produção cafeeira, o Vale do Paraíba passou por uma fase de estagnação econômica e demográfica. A partir de 1920, numerosas famílias mineiras desceram para o Vale do Paraíba paulista e fluminense, vindas do sul de Minas Gerais, compraram as fazendas de café arruinadas, erradicaram os cafezais dos morros, deixaram o capim gordura e iniciaram uma nova atividade econômica: a pecuária leiteira. A produção de leite tornou-se a principal atividade econômica do Vale do Paraíba até a década de 1960. Municípios inteiros, como Guaratinguetá, Cunha, Cachoeira Paulista, Silveiras, Paraibuna, Resende, Vassouras, Paraíba do Sul, Lorena, passaram a viver em função da produção de leite e de seus derivados, criando gado mestiço para leite e corte. A maioria das propriedades rurais do Vale do Paraíba passaram para o domínio de famílias mineiras. A ampliação das pastagens, o aumento dos rebanhos e a proximidade de dois mercados consumidores importantes (São Paulo e Rio de Janeiro) trouxeram para o Vale do Paraíba várias usinas de beneficiamento de leite, destacando-se a Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor. Para melhor organizar a produção e a comercialização do leite, os produtores criaram a Federação dos Produtores de Leite do Norte de São Paulo, com sede em Guaratinguetá, primeiro passo para a organização das cooperativas de laticínios. No dia 5 de setembro de 1933, em reunião no Cine Santana, alguns produtores de leite se reuniram e fundaram a Cooperativa de Laticínios de Roseira, a primeira a ser organizada em todo o Vale do Paraíba. O leite produzido na região era transportado para São Paulo pela Estrada de Ferro Central do Brasil. Surgiu o “Trem leiteiro”, tendo como ponto de partida os municípios de Queluz e Cruzeiro, atravessando todo o Vale do Paraíba com os vagões refrigerados com pedras de gelo. A pecuária leiteira exigindo maiores extensões de terras, sacrificou as pequenas propriedades, aumentando as fazendas e provocando o êxodo rural pela pequena quantidade de mão-de-obra empregada. O crescimento das cidades, determinado pelos novos meios de transporte e comunicação (estrada de ferro e rodovia Rio-São Paulo), alteraram as relações sociais e modificaram as estruturas tradicionais da região. Surgiram as primeiras indústrias de porte médio, pequenas fábricas semi-artesaniais de tijolos, telhas, móveis, colchões, macarrão, biscoitos, doces, banha, fósforos, botões, farinhas, sabão, fumo, tecidos. As escolas e colégios valeparaibanos atraíam alunos e professores: Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho (Taubaté), Colégio Nossa Senhora do Carmo (Guaratinguetá), Colégio São Joaquim (Lorena), Colégio Nogueira da Gama (Jacareí e Guaratinguetá) e a Escola Normal de Guaratinguetá, o mais renomado estabelecimento de ensino na região valeparaibana nas primeiras décadas deste século. As cidades apresentavam grande movimento cultural e artístico, com os primeiros cinemas, os parques, os “cabarets”, os hipódromos, os cafés, as lojas francesas, os jornais, os salões de arte. Os melhoramentos urbanos dinamizavam a fisionomia das cidades: ruas calçadas e arborizadas, abastecimento d’água, rede de esgoto, telefones, iluminação elétrica, linhas de bondes, jardins, passeios públicos, bosques, pontes, quiosques, coretos, os primeiros automóveis, as jardineiras coletivizando os transportes públicos.

A AGRICULTURA E A OCUPAÇÃO DAS VÁRZEAS

Historicamente, a economia valeparaibana sempre esteve baseada na agricultura e nas atividades ligadas à terra: açúcar, café, algodão, milho, feijão e outros produtos secundários. No início do seu povoamento, a economia era de subsistência sendo modificada com o declínio da produção aurífera, aparecendo a monocultura açucareira e posteriormente o grande ciclo produtor de café. Uma das regiões agrícolas mais importantes de São Paulo, suas terras ainda hoje constituem um sério desafio para o aumento de uma produção racional de cereais, capaz de garantir o seu abastecimento. A ocupação das várzeas do Rio Paraíba teve início na segunda metade do século passado, com a implantação de colônias agrícolas pelo governo provincial, a partir de 1850, em Lorena, Pindamonhangaba, Taubaté e Paraibuna. No final do Império foram criadas mais cinco colônias agrícolas no Vale do Paraíba: Canas, em Lorena (1885), Boa Vista, em Jacareí (1888), Quiririm, em Taubaté (1890), Piagui, em Guaratinguetá (1892) e a de São José do Barreiro. A implantação destas colônias agrícolas resultava da necessidade de se ocupar as várzeas do Paraíba e as áreas livres dos municípios, tendo em vista o domínio absoluto do café e as crises periódicas de abastecimento de cereais e legumes na região. Estas colônias eram integradas por italianos, alemães, portugueses, espanhóis, suíços, austríacos e outras nacionalidades, predominando as famílias de origem italiana. A introdução e o cultivo racional do arroz como atividade agrícola básica da região foi iniciada pelos monges trapistas, em terras localizadas no município de Tremembé. O arroz é o principal produto agrícola cultivado no Vale do Paraíba destacando-se as áreas de São José dos Campos, Caçapava, Pindamonhangaba, Roseira, Guaratinguetá e Lorena. Além do arroz, a produção agrária da região se caracteriza pelo cultivo do milho, tomate, batata e feijão. Sendo uma região dotada de clima temperado e terras férteis, o vale se presta ao cultivo de todos os cereais, frutas e leguminosas, tais como: trigo, aveia, sorgo, centeio, cevada, tâmara, uva, oliva, côco, maçã, pêra, abacaxi e todas as frutas de clima quente ou tropical. Nos municípios localizados nos contrafortes da Serra do Quebra-Cangalha (Cunha, Lagoinha, São Luiz do Paraitinga) a população vive basicamente das suas roças de milho e feijão, e da criação de porcos e galinhas. A utilização racional das várzeas, a mecanização das propriedades, a construção e melhoria das estradas rurais, as obras de contenção das enchentes do Rio Paraíba, a construção dos “polders”, a assistência efetiva dos vários órgãos oficiais, asseguram a propriedade agrícola na região valeparaibana, pólo gerador de empregos e divisas para os municípios.

A INDUSTRIALIZAÇÃO

Com a decadência do café, o Vale do Paraíba buscou novas atividades econômicas. Nas áreas rurais, a substituição dos cafezais pelas pastagens e, nas cidades, o início de um lento processo de industrialização. As primeiras indústrias surgiram na região nas últimas décadas do século passado, exatamente quando se colocava o desafio de buscar novas opções refletindo a realidade sócio-econômica da época: abolição da escravatura, disponibilidade de capital, melhoria do nível de consumo da população. Além disso, a situação geográfica da região, localizada entre os dois maiores centros produtores e consumidores – São Paulo e Rio de Janeiro – e as facilidades de comunicação, ampliadas com a construção da Estrada de Ferro Central do Brasil (antiga Dom Pedro II) foram fatores decisivos para o início da industrialização do Vale do Paraíba, que se faria em proporção crescente. Baseando-se na data de fundação das principais indústrias hoje existentes, podemos concluir que o processo de industrialização da região valeparaibana desenvolveu-se em três fases distintas: a primeira iniciada nas duas últimas décadas do século passado; a segunda, abrangendo o período compreendido entre as duas grandes guerras, tendo como pólos principais Jacareí, São José dos Campos, Taubaté e Guaratinguetá; e a fase atual, a mais dinâmica, iniciada com a construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda e com a inauguração da Rodovia Presidente Dutra, criando novos centros de desenvolvimento e tecnologia: São José dos Campos, Jacareí, Caçapava, Cruzeiro, Lorena, Pindamonhangaba. Esta última fase assinala o aparecimento das indústrias de grande porte, mecânicas, modernas: Johnson, Ford, General Motors, Volkswagen, Nestlé, Ericson, Kodak, Villares, Fuji, Basf, Avibrás, Mafersa, Liebherr, Monsanto, destacando-se ainda as indústrias químicas, metalúrgicas, de papel e celulose, têxteis e alimentícias. São José dos Campos constitui hoje, o maior centro de tecnologia avançada na América do Sul (Embraer, INPE, CTA, Avibrás).

O PATRIMÔNIO AMBIENTAL

Localizado entre a Serra da Mantiqueira e os contrafortes da Serra do Mar, o Vale do Paraíba possui uma paisagem botânica e animal das mais exuberantes na fauna e na flora do Brasil. Por outro lado, o rio Paraíba do Sul, formado pela junção dos rios Paraitinga e Paraibuna, com sua vasta rede de afluentes, espalhando-se pelos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, possui uma das grandes bacias hidrográficas da América do Sul, com uma variedade de peixes e abundância de águas, responsável pelo abastecimento de numerosas cidades por ele banhadas, e, do Rio de Janeiro, através do Reservatório de Lajes. Nos últimos anos, o crescimento acelerado e desordenado das cidades, a multiplicidade de atividades industriais, a excessiva valorização das terras, vem produzindo efeitos negativos sobre o espaço

ambiental na região valeparaibana. Associações civis, movimentos ecológicos e iniciativas governamentais procuram por caminhos diversos preservar o que restou da cobertura vegetal original nas serras que margeiam o Vale. O Governo Federal criou em 1937, o Parque Nacional do Itatiaia, o mais antigo do Brasil, e o Parque Nacional da Serra da Bocaina, abrangendo a região de Bananal a São Luiz do Paraitinga. O governo de São Paulo mantém os parques estaduais de Cunha-São Luiz do Paraitinga, Campos do Jordão e Caraguatatuba-Ubatuba. Recentemente foram criadas Áreas de Proteção Ambiental nos municípios de Silveiras, Campos do Jordão, Jambeiro e Roseira. Alguns proprietários rurais protegem o que restou da fauna silvestre, impedindo a caça e o desmatamento em suas propriedades. No município de Roseira, a Fazenda Boa Vista foi transformada em reserva ecológica e, com o apoio do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, em refúgio para animais nativos da região. Nesta propriedade rural, a paisagem botânica está sendo recomposta com exemplares da flora primitiva e o equilíbrio ecológico restabelecido com a volta dos pássaros, insetos, borboletas, pequenos animais e a preservação das espécies nativas, aliado a um programa de educação ambiental, com o apoio e participação das escolas e colégios da região.

O PATRIMÔNIO CULTURAL

Localizado entre os dois maiores centros culturais do país, o Vale do Paraíba tem condições para desenvolver um programa de integração cultural voltado para a realidade social da região, absorvendo as iniciativas e criando novas estruturas de lazer e cultura. Os municípios localizados ao longo da rodovia Dutra, apresentam os maiores índices urbanização em função do grande número de indústrias e do sistemas de comunicações. Nestes municípios, o processo rápido e intenso de urbanização trouxe como consequência imediata o êxodo rural, a desintegração da cultura tradicional e a modificação dos hábitos e costumes da população. Estas mudanças atingiram todos os setores: habitação, transportes, emprego, educação, saúde, cultura e lazer. Os municípios polarizadores de atividades sócio-culturais na região são os mais densamente povoados e industrializados – São José dos Campos, Jacareí, Taubaté, Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Lorena, Cruzeiro. Dotados de uma infra-estrutura mais dinâmica, possuem museus, arquivos, bibliotecas, teatros, cinemas, grupos da dança, artistas plásticos, escritores, poetas, artistas plásticos, escritores, poetas, galerias de arte. Existem no Vale do Paraíba três academias literárias, dez arquivos históricos, inúmeras bibliotecas, destacando-se a biblioteca “Conde Moreira Lima”, das Faculdades Integradas “Tereza D’Ávila” de Lorena, com um valioso acervo de obras raras brasileiras e estrangeiras, e a Biblioteca de Assuntos Valeparaibanos do Instituto de Estudos Valeparaibanos em Guaratinguetá, especializada em temas e autores valeparaibanos. As artes plásticas constituem um dos setores mais ativos da cultura valeparaibana. Nas principais cidades da região, ocorrem exposições e salões de arte, destacando-se de Guaratinguetá, Lorena, Taubaté e São José dos Campos, reunindo artistas da região e de outras cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro. Em Taubaté e Lorena encontra-se em organização um Museu de Artes Plásticas, e em São José dos Campos, por iniciativa e patrocínio da Monsanto, será instalado um Museu de Arte do Vale do Paraíba. Rara a comunidade que não tenha cadastrado os seus artesãos. Em Bananal, Silveiras, São Luiz do Paraitinga, Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Taubaté e São José dos Campos, promovem-se exposições e feiras de artesanato. As “Figureiras” de Pindamonhangaba, Taubaté e São José dos Campos são conhecidas em todo Brasil e exterior, e o “galinho do céu” é o símbolo do artesanato figurativo da região valeparaibana, sendo disputado por museus e colecionadores. As Bandas de Música constituem um dos elementos mais importantes nas festas tradicionais na região. A mais antiga das bandas de música do Vale do Paraíba é a “Euterpe” de Pindamonhangaba, fundada em 1825. Outras bandas tradicionais da região são a Corporação Musical “Mamede de Campos”, de Lorena e a “Aurora Aparecidense”, de Aparecida, ambas centenárias. Algumas bandas possuem arquivos preciosos, com partituras de autores e compositores valeparaibanos. Resistindo ao progresso e modernização dos costumes, sobrevivem em toda a região, em especial nos municípios fora da rodovia Dutra, os grupos folclóricos de moçambique, congadas, catiras, cana verde, jongo, folia de Reis, folia do Divino e as cavalhadas, quadrilhas e outras manifestações populares. Encontram-se na zona rural dos municípios e nos bairros periféricos das cidades industrializadas, apresentando-se por ocasião das festas religiosas e de eventos especiais. Numerosas instituições culturais se distribuem pela região, abrangendo clubes, centros culturais, grupos cívicos, entidades dedicadas à pesquisa histórica, folclórica e literária, sendo a mais importante delas, o Instituto de Estudos Valeparaibanos, sediado em Guaratinguetá.

O café gerou um conjunto de monumentos arquitetônicos dos mais expressivos na região valeparaibana: sede de fazendas, igrejas, capelas sobrados, solares, estações ferroviárias, pontes, cemitérios. O governo federal, através da S.P.H.A.N., tombou os seguintes monumentos no Vale do Paraíba: Fazenda Resgate (Bananal), Fazenda do Pau D’Alho (São José do Barreiro), Casa do Conselheiro Rodrigues Alves (Guaratinguetá), Chácara do Visconde (Taubaté), Capela de Nossa Senhora do Pilar (Taubaté) e a casa de Oswaldo Cruz (São Luiz do Paraitinga). Entre os monumentos tombados pelo CONDEPHAAT estão os sobrados da Praça Pedro Ramos Nogueira, em Bananal; o Hotel Sant’Ana, em Areias; antiga residência do Capitão-Mor Domingos da Silva Moreira, que hospedou o Príncipe Regente Dom Pedro, quando da viagem histórica da Independência; o Solar do Conde de Moreira Lima, em Lorena; o Solar do Major Novaes, em Cruzeiro; a Casa dos Camargos, em Guaratinguetá, marca da arquitetura urbana do vale do século passado; a Basílica Velha de Aparecida; o solar dos Barões de Lessa, em

Pindamonhangaba, reproduzindo a fachada do Palácio do Catete; o Solar do Comendador João da Costa Gomes Leitão, em Jacareí, sede do Museu de antropologia do Vale do Paraíba. As festas religiosas assinalam o calendário dos eventos populares valeparaibanos. São famosas as festas do Divino Espírito Santo em Cunha e São Luiz do Paraitinga; a festa de São Benedito, em Guaratinguetá e Aparecida, com o desfile dos cavaleiros, os imperadores e reis, a casa dos doces, as procissões e as quermesses com figuras típicas, anjos, andores e grupos folclóricos. Ao lado das festas, estão as comidas, bebidas e doces típicos, característicos de cada festa e evento religioso. O “afogado”, ensopado de carne de vaca, servido com farinha de mandioca; a “canjiquinha”, quirera de milho cozida com costela de porco ou de frango; a paçoca de amendoim torrado, socado no pilão, com farinha de mandioca ou de milho e comida com banana ouro ou banana maçã. A doçaria é representada pelo “furrundum”, doce de cidra ou de mamão ou de mamão ralado com rapadura ou açúcar mascavo; os doces de batata roxa, abóbora, mamão, laranja, figo, goiaba, banana. O Vale do Paraíba é um celeiro de escritores, poetas, cientistas, destacando-se, entre outros, Monteiro Lobato, Waldomiro Silveira, Plínio Salgado, Cassiano Ricardo, Almeida Nogueira, Barão Homem de Mello, Malba Tahan, Brito Broca, Aroldo de Azevedo, Alves Motta Sobrinho, Francisco de Assis Barbosa, Ruth Guimarães, Péricles Eugênio da Silva Ramos, Eugênia Sereno, César Salgado, Maria de Lourdes Ribeiro, José Geraldo Nogueira Moutinho. Cientistas como Oswaldo Cruz, Emílio Ribas, Miguel Pereira. Médicos como Euríclides de Jesus Zerbini, José Cembranelli, Carlos da Silva Lacaz. Artistas plásticos: Quissak Júnior, Ismênia Faro, Antonio Valentim de Oliveira Lino, Justino, Herculano Cortez, Tom Maia, Paulo Pires do Rio, Gilberto Gomes. Artistas populares, santeiros, ceramistas: Chico Santeiro, Teixeira Machado, Dito Pituba, Eugênia, Maria Fróes, Benedito e Maria Gomes, as irmãs Edith, Luíza e Cândida Santos, Tereza Migoto Justen, Maria Benedita Vieira (Mudinha), e tantos outros anônimos que fizeram e fazem a delícia dos olhos, com seus presépios, bichos, pavões. Os escultores Boanerges e Demétrio. Cumpre assim o Vale do Paraíba, o seu papel histórico e cultural. Região de passagem e ligação, desde os tempos coloniais, caminho para as Minas Gerais, caminho para os portos do litoral, caminho para o planalto de São Paulo, caminho para a cidade do Rio de Janeiro, desbravou sertões, povoou capitânicas distantes, fundou vilas e cidades, participou do movimento da independência, sustentou economicamente o Império Brasileiro, participou ativamente da vida política e social do Brasil e, hoje, se apresenta como a região mais importante no processo de industrialização e urbanização do Brasil e da América do Sul.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Maria Morgado de. *Taubaté: de núcleo irradiador do bandeirismo a centro industrial e universitário do Vale do Paraíba*. Aparecida-SP, Editora Santuário, 1985.
- ABREU, Waldomiro Benedito de. *Pindamonhangaba: Tempo e Face*. Aparecida-SP, Editora Santuário, 1977.
- FERRAZ, Océlio José Azevedo. *Voltando às origens*. São Paulo, CESP, 1984.
- HERMANN, Lucila. Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de trezentos anos. *Revista de Administração – USP*, ano II, São Paulo, 1948.
- LENCIONI, Benedicto Sergio. *Histórias, Gentes e Cousas da Minha Terra*. Jacareí-SP, Edição do autor, 1972.
- MAIA, Tom e Thereza Regina de Camargo. *Vale do Paraíba – Velhas Cidades*. São Paulo, Companhia Editora Nacional/USP, 1977.
- MILLIET, Sérgio. *Roteiro do Café e outros ensaios: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil*. São Paulo, Bipa, 1946.
- MOTTA, Sobrinho Alves. *A Civilização do Café*. São Paulo, Editora Brasiliense, 2ª ed., 1967.
- MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. *O Visconde de Guaratinguetá: um titular do café no Vale do Paraíba*. São Paulo, Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, 1976.
- MULLER, Nice Lecocq. *O Fato Urbano na Bacia do Rio Paraíba*. São Paulo, IBGE, 1961.
- PASIN, José Luiz. *Guaratinguetá: Tempo e Memória*. São Paulo, Editora Roswitha Kempf/Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, 1983.
- PASIN, José Luiz. *Algumas notas para a história do Vale do Paraíba – desbravamento e povoamento*. São Paulo, Conselho Estadual de Cultura, 1977.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968.
- RAMOS, Agostinho. *Pequena História do Bananal*. São Paulo, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978.
- RODRIGUES, Gama. *Gens Lorenensis*. São Paulo, Edição do autor.
- VILELA, Catarina Aparecida Vieira. *Roseira – 50 anos de cooperativismo*. In: *Revista Ângulo* n. 19, Faculdades Integradas Tereza D’Ávila, Lorena, julho/setembro, 1983, p. 21-32.
- ZALUAR, Emílio Augusto. *Peregrinação pela Província de São Paulo*. São Paulo, Edições Cultura, 2ª ed., 1945.